

## CONTRATO

**CONTRATO PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CORTE, FURAÇÃO E DESBASTE PARA OFERTA FORMATIVA NÃO CONFERENTE DE GRAU DO IPCA, ADJUDICADO À ENTIDADE ROLAMINHO MÁQUINAS E FERRAMENTAS LDA.**

Entre o

**INSTITUTO POLITÉCNICO DO CÁVADO E DO AVE**, adiante designado como **PRIMEIRO OUTORGANTE**, com sede no Campus do IPCA, 4750-810 Barcelos, com o número de Identificação Fiscal 503494933, representada pela sua Presidente **Maria José da Silva Fernandes** conforme Despacho normativo n.º 1-A/2019, publicado no Diário da República n.º 113, 2.ª série, de 14 de junho de 2019, que homologou os Estatutos do Instituto Politécnico do Cávado e do Ave, alterados pelo Despacho normativo n.º 2/2022 publicado no Diário da República n.º 17, 2.ª série, de 25 janeiro de 2022 e pelo Despacho normativo n.º 1/2025, publicado no Diário da República n.º 9, 2ª série, de 14 de janeiro de 2025, e no Despacho n.º 8039/2021, publicada no Diário da República n.º 157, 2.ª série, de 13 de agosto de 2021;

e a entidade

**ROLAMINHO MÁQUINAS E FERRAMENTAS LDA.** adiante designada como **SEGUNDO OUTORGANTE**, com sede na Rua Filipa Borges, nº711, Vila Frescaínha S. Martinho, 4750-823, Barcelos, pessoa coletiva número 503683787,

, pessoa cuja identidade foi legalmente reconhecida e pode outorgar pela entidade que representa na qualidade de representante legal, conforme documento junto ao processo,

é celebrado o presente contrato para a aquisição dos bens supramencionados, adjudicado ao Segundo Outorgante por despacho da Sra. Presidente do IPCA de 1 de agosto de 2025, na sequência do procedimento de Ajuste Direto Refª AD-042/2025, autorizado por despacho da Sra. Presidente do IPCA de 24 de julho de 2025, cuja minuta foi aprovada por despacho da Sra. Presidente do IPCA de 1 de agosto de 2025, o qual se rege pelas cláusulas seguintes:

### **Cláusula 1ª**

#### **Objeto**

O procedimento a que respeita este contrato tem como objeto a aquisição de material de corte, furação e desbaste para oferta formativa não conferente de grau do IPCA, pelo Primeiro Outorgante ao Segundo Outorgante, nos termos e condições definidos no caderno de encargos referente ao procedimento de Ajuste Direto Refª AD-042/2025 e na proposta apresentada pelo Segundo Outorgante, através do endereço eletrónico contratacaopublica@ipca.pt., em 25 de julho de 2025.

### **Cláusula 2ª**

#### **Duração do contrato**

- 1 – O contrato mantém-se em vigor até à entrega dos bens ao Primeiro Outorgante, em conformidade com os respetivos termos e condições e o disposto na lei, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do contrato.
- 2 – Os bens objeto do contrato devem ser entregues no prazo máximo de **5 (cinco) dias**, contados da contados da data de publicitação do contrato.

### **Cláusula 3ª**

#### **Preço Contratual e Condições de Pagamento**

1. Pelo fornecimento objeto do contrato a celebrar, bem como pelo cumprimento das demais obrigações contratuais, o Primeiro Outorgante deve pagar ao Segundo Outorgante o preço contratual de **10.258,33€** (dez mil duzentos e cinquenta e oito euros e trinta e três cêntimos), acrescido do IVA à taxa legalmente aplicável.
2. O preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao Primeiro Outorgante, designadamente, com alojamento, alimentação e deslocação de meios humanos, despesas de aquisição, transporte, armazenamento e manutenção de meios materiais, bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças.
3. As quantias devidas pelo Primeiro Outorgante devem ser pagas no prazo de 30 (trinta) dias após a receção da respetiva fatura que só pode ser emitida após o vencimento da obrigação respetiva e desde que cumpridas as formalidades legais exigidas.

4. Para os efeitos do número anterior, a obrigação considera-se vencida com a emissão da Declaração de Aceitação, referida no n.º 6 da Cláusula 9.ª do caderno de encargos, pelo Primeiro Outorgante.
5. Em caso de discordância por parte do Primeiro Outorgante, quanto aos valores indicados nas faturas, deve esta comunicar ao Segundo Outorgante, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando este obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida.
6. Independentemente do referido nos números anteriores, os pagamentos a efetuar ao abrigo do objeto do contrato só serão efetuados depois de verificados todos os formalismos legais a que obedecem as despesas públicas.
7. Os pagamentos serão feitos por transferência bancária para o NIB indicado pelo Segundo Outorgante, desde que as faturas sejam aceites pelo Primeiro Outorgante.

#### **Cláusula 4ª**

##### **Classificação orçamental e compromisso**

1. O encargo resultante do presente contrato será suportado por conta das verbas inscritas no orçamento do Primeiro Outorgante, sob a rubrica orçamental com a classificação económica 020110.
2. Com a assinatura do presente contrato é assumido o compromisso de pagamentos dos encargos inerentes, para o presente ano económico, formalizado através da emissão, por meio informático dos Serviços Financeiros do Politécnico do Cávado e do Ave, do seguinte número de compromisso válido e sequencial 1670/2025 de 7 de agosto de 2025, refletido na Requisição Externa número 703/2025 com a mesma data.

#### **Cláusula 5ª**

##### **Penalidades Contratuais**

1. O incumprimento das obrigações emergentes do contrato, por razões imputáveis ao Segundo Outorgante, confere ao Primeiro Outorgante o direito à aplicação de sanção pecuniária, a fixar em função da gravidade do incumprimento. nos termos do artigo 329.º do CCP, designadamente:
  - a) Pelo incumprimento das datas e prazos objeto do contrato, até 0,5% do preço contratual, por cada dia de atraso.

2. Na determinação da gravidade do incumprimento, o Primeiro Outorgante tem em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do Segundo Outorgante e as consequências do incumprimento.
3. A acumulação das penas pecuniárias previstas no presente artigo não pode exceder 20% do preço contratual, sem prejuízo da resolução do contrato nos termos legais.
4. Nos casos em que seja atingido o limite previsto no número anterior e o Primeiro Outorgante decida não proceder à resolução do contrato, por dela resultar grave dano para o interesse público, aquele limite é elevado para 30%.
5. Para efeitos dos limites previstos nos n.ºs 3 e 4, quando o contrato previr prorrogações expressas ou tácitas, o valor das sanções a aplicar deve ter por referência o preço do seu período de vigência inicial.
6. Considera-se haver incumprimento definitivo, suscetível de aplicação da sanção de resolução sancionatória quando, após notificação e concessão de prazo para o cumprimento da obrigação em falta, o Segundo Outorgante continue a incorrer em incumprimento.
7. O Primeiro Outorgante pode compensar os pagamentos devidos ao abrigo do contrato com as penas pecuniárias devidas nos termos do presente artigo.
8. As penas pecuniárias eventualmente aplicáveis ao Segundo Outorgante não obstam a que o Primeiro Outorgante exija uma indemnização pelo dano excedente.
9. Em caso de atraso do Primeiro Outorgante no cumprimento das suas obrigações pecuniárias, o Segundo Outorgante tem direito aos juros de mora sobre o montante em dívida à taxa legalmente fixada para o efeito pelo período correspondente à mora, nos termos previstos no artigo 326.º do CCP.

#### **Cláusula 6ª**

##### **Caução**

Não é exigida a prestação de caução, nos termos do n.º 2 do artigo 88.º do Código dos Contratos Públicos.

#### **Cláusula 7ª**

##### **Gestor do Contrato**

1. O Primeiro Outorgante procede à designação para gestor do contrato, \_\_\_\_\_, com a função

de acompanhar permanentemente a execução deste, nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 290.º-A do CCP.

2. Cabe ao gestor do contrato exercer as competências que expressamente decorram da lei, bem como as que lhe sejam atribuídas pelo Primeiro Outorgante, em matéria de acompanhamento da execução e verificação do cumprimento de todas as obrigações legais e contratuais assumidas pelo Segundo Outorgante.
3. No desempenho das suas funções o Gestor do Contrato tem direito de acesso e consulta a toda a documentação relacionada com as atividades objeto do presente procedimento.
4. Caso o gestor detete desvios, defeitos ou outras anomalias na execução do contrato, deve comunicá-los de imediato ao órgão competente, propondo em relatório fundamentado as medidas corretivas que, em cada caso, se revelem adequadas.
5. O Segundo Outorgante obriga-se a cooperar com o Gestor do Contrato, designado pelo Primeiro Outorgante, na prossecução das atividades de acompanhamento que este tem a seu cargo.

#### **Cláusula 8ª**

##### **Comunicações e notificações**

1. Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do Código dos Contratos Públicos, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no respetivo contrato.
2. Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.

#### **Cláusula 9ª**

##### **Foro Competente**

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal de Braga, com expressa renúncia a qualquer outro.

#### **Cláusula 10ª**

##### **Prevalência**

1. O contrato é composto pelo respetivo clausulado contratual e os seus anexos.
2. Fazem ainda parte integrante do contrato os seguintes documentos:
  - a) O caderno de encargos;
  - b) A proposta adjudicada.

3. Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2, a prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.
4. Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2 e o clausulado do contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do Código dos Contratos Públicos e aceites pelo Segundo Outorgante nos termos do disposto no artigo 101.º desse mesmo diploma legal, com as atualizações em vigor.

### **Cláusula 11ª**

#### **Legislação aplicável**

Em tudo aquilo não expressamente previsto neste título contratual aplicar-se-ão as normas constantes do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, com as atualizações em vigor, e demais legislação aplicável.

Este contrato é assinado por meios eletrónicos, por recurso a assinatura eletrónica qualificada, e produz os seus efeitos à data de aposição da última assinatura.

[Assinatura  
Qualificada]  
Maria José da  
Silva  
Fernandes

Assinado de forma  
digital por [Assinatura  
Qualificada] Maria  
José da Silva  
Fernandes  
Dados: 2025.08.08  
16:51:27 +01'00'

---

(Primeiro Outorgante)

Assinado por: **JOÃO PAULO LEIRAS BARBOSA**  
Num. de Identificação:  
Data: 2025.08.08 15:20:35+01'00'



---

(Segundo Outorgante)